GARCIA, W. Et al. Histórias e oficinas pedagógicas. 2 ed. Belo Horizonte: Fapi, 2003. (Série Baú do contador de história, v. 5).

GÓES, Lúcia Pimentel – Introdução à literatura infantil e juvenil. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

LIMA,Renan de Moura Rodrigues; ROSA, Lúcia Regina Lucas. O uso das fábulas no ensino fundamental para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita. CIPPUS – Revista de Iniciação Científica do Unilasalle, v. 1, n. 1, maio, 2012.

MATOS, Gislayne Avelar; SORSY, Inno. O ofício do contador de histórias. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. Cultura, arte e contação de histórias. Goiânia, 2005.

SCHERMACK, Keila de Quadros. A contação de Histórias como arte perfomática na era digital: convivência em mundos de encantamento. 2012. Disponível em HTTP://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/ IIICLLIJ/ trabalhos/S10/keilaschermack.pdf. Acesso em 31 jan. 2020.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ENSINO SUPERIOR PRIVADO

MARCELO CRISTIANO VIANA

RESUMO

A partir do contexto atual e reconstituindo os fatos oriundos da implantação do ensino superior no Brasil, ater-se-á proposta de que o ensino superior privado no Brasil, em sua prática docente e institucional, se mostra aquém da demanda social. As instituições, seus métodos de ensino e suas campanhas institucionais não acompanham a dinâmica social. O ensino superior privado adquiriu um protagonismo maior em relação ao ensino público, mas esse protagonismo não se dá de forma a evidenciar melhores níveis, pelo contrário, esse protagonismo se dá na quantidade de alunos que convergem para números financeiros. De fato o número de pessoas com diploma de ensino superior no Brasil aumentou exponencialmente, mas esses mesmos números elevam o poder capitalista dos conglomerados educacionais. A crítica, de forma a apontar falhas, não se atém as questões comerciais e financeiras propriamente, isso não seria problema se a qualidade mantivesse os mesmos níveis do ensino superior público – o que não acontece – captando a maior parte do público universitário no Brasil. A consequência se reflete na qualidade dos serviços prestados por esses estudantes quando adentram o mercado no exercício de suas profissões. Atualmente há uma realidade que aponta mais problemas num contexto de quase dois anos de pandemia. A perda educacional que se acumula há anos, somada a perda potencializada pela pandemia compromete a formação universitária num futuro próximo – e essa perda não é só em qualidade, mas em quantidade, já que pela defasagem e evasão escolar no ensino básico, muitos estudantes não chegarão ás universidades. Isso significa uma alta demanda de serviços profissionais que não será atendida e, também uma formação de baixa qualidade, já que os futuros profissionais sofreram com a defasagem nos anos iniciais da educação.

Para que haja uma oferta educacional que comporte a demanda social é necessário que se tenha políticas de estado para educação e não um programa de governo como acontece atualmente, a cada novo governo uma nova política de educação. Se há uma política de estado, os governos não poderão implantar suas próprias políticas.

Palavras-chave: educação. história. professor. aprendizagem. ensino

1. INTRODUÇÃO

Quanto ao ensino superior no Brasil, houve um início tardio se comparado aos demais países da América Latina. Isso é notório. E não é temerário afirmar que este atraso trouxe consequências para a qualidade do ensino que reverberam até hoje. Houve avanços? Sim! De fato, houve. A Escola Nova e as ideias de Paulo Freire, por exemplo, trouxeram perspectivas importantes, mas os problemas são cada vez mais difíceis de serem resolvidos – e a formação dos profissionais da educação é uma das mais recorrentes quando se trata de alcançar uma educação de qualidade. A revolução em Angicos, no Rio Grande do Norte, no início dos anos 60, mesmo bem sucedida, pontua as dificuldades enfrentadas na educação dos brasileiros. É importante destacar a interferência política ao se constatar a revolução educacional conduzida por Freire – o mesmo teve que se exilar, primeiro na Bolívia, Chile, Estados Unidos e depois Europa para não ser preso pelo regime militar que mudava drasticamente a realidade brasileiro.

A perseguição a Freire foi apenas uma fagulha, pois estudantes, jornalistas, artistas entre outros foram perseguidos e até mortos pelo regime militar. Isso é um fato que corrobora a ideia de atrasos na educação.

No Brasil, 1968 significou a polarização entre o regime e seus opositores. Em março, manifestação de estudantes acabaram com a morte de Edson Luís de Lima Souto, no Rio, e desencadearam uma onda de protestos, reprimida com violência.

(50 anos do golpe: a ditadura militar no Brasil – São Paulo: Abril, 2014, p. 71)

A partir do contexto atual e reconstituindo os fatos oriundos da implantação do ensino superior no Brasil, ater-se-á proposta de que o ensino superior privado no Brasil, em sua prática docente e institucional se mostra aquém da demanda social. As instituições bem como seus métodos de ensino e suas campanhas institucionais não acompanham a dinâmica social.

É consenso para os especialistas em educação que a mesma se dá de forma processual. Neste contexto o aluno é o condutor desse processo – de forma alguma sua dinâmica, satisfatoriamente, se dará em curto ou até mesmo médio prazos. E essa demora na implantação do ensino superior no Brasil reverbera nos dias atuais. Por séculos, o ensino superior no Brasil, se deu de forma confessional, inicialmente e principalmente pela Igreja Católica e, posteriormente, mas também de forma protagonista, as denominações não católicas como luteranas, batistas, metodistas e presbiterianas, também deram sua contribuição.

Há que se admitir que o ensino

superior, a saber, o privado, adquiriu um protagonismo maior em relação ao ensino público, mas esse protagonismo não se dá de forma a evidenciar melhores níveis, pelo contrário, esse protagonismo se dá na quantidade de alunos que convergem para números financeiros. De fato o número de pessoas com diploma de ensino superior no Brasil aumentou exponencialmente, mas esses mesmos números elevam o poder capitalista dos conglomerados educacionais. A crítica, de forma a apontar falhas, não se atém as questões comerciais e financeiras propriamente, isso não seria problema se a qualidade mantivesse os mesmos níveis do ensino superior público e até algumas privadas, o que não acontece. Captando a maior parte do público universitário no Brasil, a conseqüência se reflete na qualidade dos serviços prestados por esses estudantes quando adentram o mercado no exercício de suas profissões.

No governo de Getúlio Vargas há uma realidade mais promissora para o ensino superior no Brasil. Isso por conta de um processo de industrialização mais efetivo que visava uma formação profissional que atendesse às demandas do país, numa tentativa de emancipação econômica.

Esse trabalho objetiva identificar as deficiências nas instituições de ensino superior privado, apontar possíveis soluções. Portanto a abordagem do tema se faz necessário ante a enorme procura por cursos de nível superior e a oferta muitas vezes pautada nos ganhos financeiros, deixando a formação propriamente dita em segundo plano. Utilizar-se-á bibliografia que verse sobre história do ensino no Brasil, políticas públicas para a educação, formação de professores, palestras, entrevistas de profissionais reconhecidos na área em questão. O ordenamento cronológico da pesquisa se dará da seguinte forma: escolha do tema, levantamento bibliográfico, periódicos vídeos entre outros; leitura visualização e análise do conteúdo de pesquisa e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

2. OS CAMINHOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E SUAS DEMANDAS

Quando se observa o trajeto da educação no Brasil, há que se destacar os avanços, mas sempre se pode discutir as deficiências para alcançar níveis reais de qualidade. E de fato, a partir dos anos 1930, na perspectiva de um mercado de trabalho mais industrializado a demanda por formação técnica aumentou.

De acordo com Santos & Cerqueira, (2009, p. 04)

A reforma do governo Vargas instituiu as universidades e definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas, não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para a iniciativa privada.

Historicamente o ensino superior no Brasil tornou-se necessário para suprir as necessidades da corte portuguesa, instalada no país depois de fugir do cerco de Napoleão Bonaparte. Até 1930, a estrutura do ensino superior no Brasil, não houvera adquirido estrutura qualitativa e também quantitativa; algumas faculdades como a de medicina na Bahia (1808); em 1912 surge a primeira universidade bra-

sileira, no Estado do Paraná; a Faculdade Livre de Direito e a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (1920).

De acordo com Schwartman, (2006, vol.20 no. 56):

A primeira legislação universitária brasileira, de 1931, autorizou as futuras instituições a concederem "privilégios universitários" – entre eles, o direito de os diplomados exercerem as profissões liberais. A legislação honrava as noções usuais de cultura, pesquisa e autonomia institucional, mas sua principal preocupação era manter sob controle os padrões e o tamanho das profissões; para isso, as universidades seriam submetidas a rígida fiscalização ministerial. O pressuposto era que haveria uma "universidade modelo" na capital do país, que serviria como padrão para todas as demais.

O advento da Escola Nova é um dos avanços há que se destacar dado ao seu caráter inovador. Os professores sempre tiveram protagonismo no processo de ensino aprendizagem. Essa perspectiva de uma educação que atende as necessidades dos educandos é impulsionada após o final da Primeira Guerra Mundial. No Brasil o movimento escolanovista foi liderado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira – conhecidos como os três cardeais da Educação Nova.

Em se tratando da formação de professores, objetivando especificamente o ensino superior, para os profissionais da educação, segundo Masetto (2014), a realidade do professor e do aluno é o ponto de partida para uma formação consistente. A partir dessa realidade os desafios são propostos e as soluções encontradas superam os pressupostos teóricos. Portanto propõe-se que a formação continuada se faz necessária em um contexto educacional tão desafiador como se dá no Brasil.

Não obstante ao patente atraso educacional brasileiro, após novas perspectivas com a Escola Nova, a ditadura militar promoveu retrocessos. Ao mudar a ideologia educacional, a ditadura valeu-se de um doutrinamento e, por mais que a ditatura tenha acabado, seu legado desconstrutivo ainda ressoa numa sociedade que ainda luta para que haja uma organização educacional que atenda a dinâmica desta mesma sociedade. A reforma da educação, na ditadura, em sua maioria compreendia a uma demanda social que era cobrada dos militares, principalmente por aqueles que apoiaram o golpe.
No entanto, esse período repressivo não contribuiu para um avanço considerável – num contexto de tanta repressão, onde liberdades democráticas são vedadas, a educação não avança.

Segundo, Cunha (2010) a reforma universitária trouxe modernização – e não é um feito do regime militar, mas a incorporação de uma demanda internacional. Após o período de ditadura militar, com a redemocratização, as políticas educacionais ganham novo folego, mas as perdas não foram ser minimizadas. No início dos anos 90 é criado o Conselho Nacional de Educação em substituição ao Conselho Federal de Educação, que foi extinto por conta do lobby que se fazia em conluio com universidades privadas. Em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei oriunda de um projeto do executivo e da sociedade civil. Trata-se de um marco, já que leis que versavam sobre educação

nunca era um projeto da sociedade civil.

A partir dos anos 2000, numa política educacional em curso desde o final dos anos 90, o acesso ao ensino superior tornou-se uma realidade para milhões de estudantes que sonhavam com uma formação universitária. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), teve sua primeira edição em 1998 com pouco mais de 100 mil inscritos, em 2001 teve sua primeira edição mais expressiva e alcançou sua popularidade em 2004 e 2005, já com a implantação do PROUNI (Programa Universidade para Todos) no governo Lula.

Atualmente há uma realidade que aponta mais problemas num contexto de quase dois anos de pandemia. A perda educacional que se acumula há anos, somada a perda potencializada pela pandemia compromete a formação universitária num futuro próximo – e essa perda não é só em qualidade, mas em quantidade, já que pela defasagem e evasão escolar no ensino básico, muitos estudantes não chegarão ás universidades. Isso significa uma alta demanda de serviços profissionais que não será atendida e, também uma formação de baixa qualidade, já que os futuros profissionais sofreram com a defasagem nos anos iniciais da educação.

O contexto é desafiador – e as possíveis soluções apresentadas até dois anos atrás, já não são suficientes para uma realidade que se mostre suficientemente capaz de mitigar um contexto que terá que conviver com perdas que levarão décadas para que sejam superadas.

De forma a considerar o profissionalismo na formação de pessoas, o marco para a o ensino brasileiro se dá com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808. E o modelo adotado, pertinente para a época, e obsoleto para o contexto atual, foi o napoleônico. Atualmente esse modelo de educação é praticado de forma exaustiva, focado na formação profissional por muitas instituições de ensino.

Segundo Gomes, (2007, p. 190):

Antes da chegada da corte, toda a educação no Brasil colônia estava restrita ao ensino básico e confiada aos religiosos. As provas eram ministradas muitas vezes dentro das igrejas, com plateia para assistir ao desempenho dos alunos. Ao contrário das vizinhas colônias espanholas, que já tinham suas primeiras universidades, no Brasil não havia uma só faculdade. D. João mudou isso ao criar uma escola superior de Medicina, outra de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar, cujas funções incluíam o ensino de Engenharia Civil e Mineração.

Em relação aos países vizinhos o Brasil estava muito atrasado. E o advento do ensino superior em terras se deu de forma acidental e, no mínimo conveniente, já que a vinda da família real portuguesa para o Brasil tratava-se de uma fuga. Após não acatar as exigências de Napoleão Bonaparte e fechar com a Inglaterra, a fuga para o para as terras tupiniquins pareceu ser a única solução possível. Inicialmente cursos de nível superior no Brasil foram criados para atender às necessidades do príncipe regente D. João VI e de sua corte.

2.1. AÇÕES NECESSÁRIAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As políticas de inclusão estão funcionando. Há instituições que oferecem bolsa de 100%, o que viabiliza a inclusão de estudantes com limitações financeiras na educação superior, mas há ainda que melhorar – um exemplo de melhoria necessária é a questão do preconceito. Essas instituições carecem de abordagens mais claras e objetivas no combate a qualquer tipo de preconceito. A abordagem precisa ser mais constante, não se limitando apenas a uma data específica ou um mês escolhido para eventos e campanhas publicitárias. O preconceito se dá dia a dia e, tão intenso quanto a prática do preconceito faz-se necessário uma oposição tal qual ou maior.

A questão financeira é outro problema: nas últimas décadas houve um crescimento significativo das instituições de ensino privado e, com isso, a lucratividade está no centro das atenções dos grandes conglomerados educacionais.

De acordo com Durham, (2003. p. 19):

As instituições privadas de ensino superior haviam se tornado, de fato, um grande negócio. Parte dos novos estabelecimentos de ensino foi criada pela transformação de escolas de ensino médio. Mas a lucratividade dos empreendimentos atraiu também todo um novo conjunto de empresários, sem compromissos anteriores com a educação. Direcionados pelo objetivo de ampliar a lucratividade do empreendimento pela captação da demanda disponível, o setor privado passou a ser governado pelo mercado. Criou-se, desta forma, o setor que corresponde ao que Geiger denomina “mass private sector”, ao lado de um setor público que se orientou no sentido de atender uma demanda mais qualificada (Geiger, 1986).

Do ponto de vista de uma educação superior mais inclusiva, que integre pessoas das camadas sociais mais pobres, uma gestão focada no lucro não atende a esta demanda. Há que se destacar que se há lucratividade, há demanda. Mas os antecedentes não educacionais desses empresários compromete toda uma formação profissional.

Educação não se mensura por números ou valores financeiros, está ligado a emancipação cidadã numa prática constante do ser e fazer cidadão. Trata-se de responsabilidade social e, no âmbito da educação, é uma questão de conscientização e comprometimento social para que os valores educacionais tão exaltados em campanhas publicitárias encontre coerência entre afirmação e verdade dos fatos.

Para que haja uma oferta educacional que comporte a demanda social é necessário que se tenha políticas de Estado para educação e não um programa de governo como acontece atualmente a cada novo governo uma nova política de educação. Se há uma política de Estado, os governos que assumirem não poderão implantar suas próprias políticas. Países em que a educação é uma política de Estado estão crescendo tanto nos índices educacionais como econômico e bem estar social. Quando esse contexto se aplicar à realidade do Brasil, as faculdades sejam elas públicas ou privadas estarão em consonância com as diretrizes e atenderão as demandas sociais de forma a promover o crescimento holístico do país.

Não dá para abordar o ensino superior privado sem mencionar a formação de professores. Há uma extensa bibliografia produzida por vários estudiosos que abordam a formação do profissional de educação em várias áreas do conhecimento. Além das instituições e seu alunado, o professor também é protagonista nesse processo. Como há uma alta demanda por cursos, professores altamente capacitados não se encontram disponíveis de modo a atender a demanda. Tal falta de profissionais capacitados gera uma deficiência na formação de novos profissionais, uma vez que, para atender a demanda de cursos, professores sem formação expressiva assumem a responsabilidade de formar novos profissionais e, isso compromete a prestação de serviços desses futuros profissionais.

Segundo (ALMEIDA & BIAJONE, vol. 33 no.2, 2007):

Um dos aspectos que caracterizam os estudos sobre a constituição do trabalho docente é a valorização dos diferentes aspectos da história individual e profissional do docente, utilizando uma abordagem teórico-metodológica que dá voz ao professor, sendo compreendido como um profissional que adquire e desenvolve conhecimentos, a partir da prática e no confronto com as condições da profissão.

Em se tratando da formação de professores, objetivando especificamente o ensino superior, para os profissionais da educação, segundo Masetto (2014), a realidade do professor e do aluno é o ponto de partida para uma formação consistente. A partir dessa realidade os desafios são propostos e as soluções encontradas superam os pressupostos teóricos. Portanto propõe-se que a formação continuada se faz necessária em um contexto educacional tão desafiador como se dá no Brasil. A realidade do aluno é seu ponto de partida – e também o é para o professor. Todo o conhecimento do professor se torna obsoleto se o mesmo não atentar a realidade do aluno. O ensino superior privado necessita de protagonismo dos alunos. Mas para isso, na base educacional, esse protagonismo precisa ser uma realidade.

Segundo VEIGA (2008, p. 27):

O processo de formação é contextualizado histórica e socialmente e, sem dúvida, constitui um ato político e econômico comprometido, técnica e politicamente, com a construção de perspectivas emergentes e emancipatórias que se alinhem com a inclusão social.

Uma formação contínua e conectada com a realidade, permitindo interação que derrube obstáculos sociais, garante uma parceria profícua entre instituição, profissional docente e alunos. Numa perspectiva cíclica a projeção futura se mostra promissora, permitindo que mesmo lentamente, mas de forma constante, a realidade de hoje, que deixa a desejar, será distante em algumas décadas – sim em décadas. E educação tem essa característica de desenvolvimento, que lhe é próprio, dada a sua interatividade social, que dinâmica, exige responsabilidade dos responsáveis por mensurar essa intercambialidade.

3. CONCLUSÃO

Ao estabelecer um paralelo, levando em conta o ensino superior privado, em décadas passadas, com o contexto atual, as mudanças são positivas e, a pers-

pectiva, partindo do quanto se evoluiu e a permanecer nessa constância, o futuro parece ser atrativo. Mas atentando aos problemas, sejam eles de caráter institucional, formativo ou mesmo a falta de uma política de Estado séria para a educação, o debate precisa ser constante, as soluções urgem estar na pauta tanto de especialistas quanto dos alunos e governantes. Aos professores a percepção de Paulo Freire "Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender". Quanto às instituições, uma vez que, são importantes e necessárias para formação de cidadãos que para além de exercerem uma profissão, exerçam sua cidadania, adotem o mesmo pressuposto ético profissional que cabe aos professores.

Para que haja uma oferta educacional que atenda a demanda social, sempre dinâmica e exigente na atualização de prática pedagógicas, é necessário que se tenha políticas de Estado, que mantenham mesma tônica independente de qual seja a ideologia dos governantes. Educação não pode depender de um programa de governo como acontece atualmente. A cada novo governo, uma nova política de educação. Para um projeto que apresenta resultados em longo prazo, submeter a educação a uma ideologia política é comprometer toda uma sociedade, relegando a mesma a degradação humana. Se há uma política de estado, os governos que assumirem não poderão implantar suas próprias políticas. Países em que a educação é uma política de estado estão crescendo tanto nos índices educacionais como econômico e bem estar social. Quando esse contexto se aplicar à realidade do Brasil, as faculdades sejam elas públicas ou privadas estarão em consonância com as diretrizes e atenderão as demandas sociais de forma a promover o crescimento holístico do país.

Educação não se mensura por números ou valores financeiros, está ligado a emancipação cidadã numa prática constante do ser e fazer cidadão. Trata-se de responsabilidade social e, no âmbito da educação, é uma questão de conscientização e comprometimento social para que os valores educacionais tão exaltados em campanhas publicitárias encontre coerência entre afirmação e verdade dos fatos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de/ BIAJONE, Jefferson – Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para as propostas de formação. Educ. Pesqui. Vol. 33 no. 2 São Paulo May/Aug. 2007 Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000200007/acesso em 23/11/2021

D-06 - Educação na Ditadura: A Marca da Repressão (1/2) – disponível em: https://youtu.be/YqDgaGNDads/ acesso em 15/11/2021

Disponível em: https://youtu.be/viQFVNdpkYI ps://youtu.be/viQFVNdpkYI/ acesso em: 15/11/2021

Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação - O movimento da Escola Nova – disponível em: https://youtu.be/DmiLDormnMA/ acesso em 15/11/2021